

# Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 19 de agosto de 2021 • Nº 1135 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

## Direito & Justiça

Violência doméstica: condenado poderá perder direito à pensão e partilha de bens

PÁGINA 4

## COVID-19

# SP aplicará 2ª dose da Pfizer em 21 dias

O governador João Doria (PSDB) afirmou que vai reduzir o intervalo entre as doses da vacina da Pfizer em São Paulo. O adiantamento, no entanto, depende de o governo federal enviar ao estado mais unidades do imunizante contra a Covid. Há semanas, o governo paulista vem travando disputa com o governo federal em torno da quantidade de doses que devem ser enviadas a São Paulo. Segundo Doria, assim que São Paulo receber mais doses, a janela de aplica-

ção será reduzida de 90 para 21 dias. A redução do intervalo de aplicação é defendida por especialistas como forma de enfrentamento à variante delta. Estudos apontam que somente a primeira dose dos imunizantes contra a Covid não tem impacto significativo para conter essa cepa viral, mais transmissível e com maiores taxas de escape vacinal. Atualmente, apenas 29,5% da população do estado está com esquema vacinal completo. **PÁGINA 3**

## TECNOLOGIA

# TCU agrada governo e aprova regras de leilão do 5G

O TCU (Tribunal de Contas da União) atendeu ao pedido do governo e aprovou ontem as regras do edital 5G quase por unanimidade. Houve uma reviravolta no meio do julgamento com um pedido de vista do ministro Aroldo Cedraz, que tentou adiar o julgamento por dois meses. Ele foi vencido e o assunto voltará ao plenário em oito dias. Normalmente, um pedido de vista paralisa o processo. Neste caso, no entanto, os ministros decidiram antecipar seus votos, acompanhando a proposta do relator, Raimundo Carrero. Em seu voto, o ministro Bruno Dantas ponderou, inclusive, que a Anatel já poderia publicar as regras do edital aprovadas pela maioria do TCU. **PÁGINA 2**

## SUPER TUCANO

# Talibã e EUA disputam frota de caças brasileiros

O Talibã quer reaver a frota de caças brasileiros A-29 Super Tucano que escapou no fim de semana passado da tomada final de poder do grupo fundamentalista que havia governado o Afeganistão de 1996 a 2001. Não só ele: os Estados Unidos fazem movimentos junto ao Uzbequistão para que os aparelhos, comprados da Embraer pela Força Aérea Americana e depois doados para os afegãos, sejam repatriados. O pedido do Talibã é explícito, feito numa entrevista à agência Reuters pelo membro da cúpula Waheedullah Hashimi ontem, que disse esperar o retorno de todos os aviões e helicópteros que pousaram em países vizinhos enquanto o grupo se aproximava de Cabul. **PÁGINA 4**

## AGOSTO

# Confiança do empresário do comércio cresce 4,3%



CNC

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) de agosto mostrou novo avanço, com o terceiro crescimento consecutivo no ano. Dessa vez, o aumento é de 4,3% na comparação com o mês anterior, alcançando 115 pontos, o que significa que ficou acima da zona considerada de satisfação. No comparativo anual, a alta é de 47,2%. Os números foram divulgados ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). De acordo com a entidade, "a alta aparece reforçada pela expectativa de melhoria das vendas do Dia dos Pais e da economia em geral". A avaliação indicou ainda a continuação da tendência de incremento da confiança dos empresários, após fortes aumentos ocorridos em junho (12,2%) e julho (11,7%). Na visão do presidente da CNC, José Roberto Tadros (foto), a proporção de pessoas vacinadas no país está diretamente ligada à resposta do setor, mesmo que ele ainda dependa das vendas presenciais. "Mesmo com alta digitalização do comércio e adoção de serviços de delivery, seja em shopping centers ou lojas de rua, é um segmento que tende a acompanhar essa movimentação física de pessoas", observou. **PÁGINA 2**

## GOLPE MILITAR



MARCOS CORRÊA/PR

# General Ramos diz que ditadura não foi ditadura

O presidente Jair Bolsonaro age nos limites da Constituição Federal e espera que os demais Poderes também joguem dentro das quatro linhas da Carta, afirmou ontem ministro da Secretaria-Geral, o general Luiz Eduardo Ramos (foto). As declarações foram dadas em meio a atritos de Bolsonaro com o Supremo Tribunal Federal. Ramos defendeu o presidente e afirmou que Bolsonaro age dentro das 4 linhas da Constituição Federal. Assim como o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, Ramos qualificou como um "regime forte de exceção" a ditadura militar que governou o Brasil entre 1964 e 1985. Ramos compareceu à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara para prestar esclarecimentos sobre reunião para discutir situação dos madeireiros. **PÁGINA 3**

## INDICADORES

IBOVESPA: -1,07% / 116.642,62 / -1.261,19 / Volume: 67.387.354.825 / Quantidade: 5.313.238										Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	0,78% (jul.)	EURO turismo	
Maiores Altas			Maiores Baixas			Mais Negociadas			Fechamento		Ufir	R\$ 3,7053	IPCA	0,96% (jul.)	Compra: 6,3358	Venda: 6,5158	
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	34.960,69	-1,08	Taxa Selic (05/08)	5,25%	até o dia 17/ago	Compra: 5,3019	Venda: 5,3025	
COGNA ON ON NM	3,24	+4,52	+0,14	USIMINAS PNA N1	18,11	-4,73	-0,90	VALE ON NM	103,41	-3,36	-3,59	NASDAQ Composite	14.525,914	-0,89			
BRASKEM PNA N1	54,71	+4,21	+2,21	ULTRAPAR ON NM	15,30	-4,97	-0,80	PETROBRAS PN ED N2	26,79	-0,89	-0,24	Euro STOXX 50	4.190,78	-0,16			
EMBRAR ON NM	18,83	+3,69	+0,67	KLABIN S/A UNT N2	24,22	-3,85	-0,97	ITAUUNIBANCO PN EJ N1	30,29	+0,20	+0,06	CAC 40	6.770,11	-0,73			
CVC BRASIL ON NM	17,70	+3,09	+0,53	BRADSPAR PN N1	66,98	-3,81	-2,65	BRADESCO PN N1	22,80	-0,65	-0,15	FTSE 100	7.169,32	-0,16			
PETRORIO ON NM	17,28	+3,16	+0,53	WEG ON NM	33,58	-3,20	-1,11	ITAUSA PN EJ N1	11,25	+0,27	+0,03	DAX	15.965,97	+0,28			
												Poupança 3 (19/8)	0,24%				
												TR (prefixada) (29/8/2017)	0,0098				
												BM&F/grama	R\$ 305,00				
												EURO Comercial	Compra: 6,2952	Venda: 6,2959	Compra: 5,3803	Venda: 5,5603	

DocuSigned by:

Autentico  
Acionista  
6BF767B5695F4B6...

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA  
ao fazer o download em nosso site  
www.diariodoacionista.com.br



## MERCADOS



## Bovespa cai 1,07% com tensões fiscais e políticas; dólar sobe

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) encerrou em queda de 1,07% ontem, aos 116.642 pontos. O movimento veio na esteira dos mercados internacionais que caíram após a divulgação da ata da última reunião de política monetária do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) sinalizar que acreditam que o patamar de desemprego para que o suporte à economia seja reduzido pode ser atingido neste ano.

Ainda pesar no Ibovespa (Índice Bovespa), as questões políticas e fiscais do ambiente doméstico. As ações da Vale, que acompanharam o declínio do minério de ferro na China, também contribuíram para a queda do Ibovespa e encerraram a sessão com re-

cuo de 4,66%, a R\$ 102,01.

Na semana, a Bolsa acumulou perdas de 3,75%. O volume financeiro no pregão somou R\$ 67,387 bilhões, turbinado por operações ligadas aos vencimentos de opções sobre Ibovespa e do índice futuro.

Além de Vale, os papéis do setor siderúrgico também sofreram perdas na sessão de ontem. Usiminas cedeu 4,73%, Gerdau caiu 1,38% e CSN recuou 2,31%. Também acompanhando a piora dos preços do petróleo no exterior, com o Brent em queda de 1,16%, Petrobras caiu 1,62% (ordinárias, com direito a voto) e 1,22% (preferenciais, sem direito a voto).

No câmbio, o dólar registrou alta de 2,05%, a R\$ 5,375, refletindo uma forte aversão a risco fiscal no Brasil.

## AGOSTO

# Confiança do empresário do comércio cresce 4,3%

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) de agosto mostrou novo avanço, com o terceiro crescimento consecutivo no ano. Dessa vez, o aumento é de 4,3% na comparação com o mês anterior, alcançando 115 pontos, o que significa que ficou acima da zona considerada de satisfação. No comparativo anual, a alta é de 47,2%. Os números foram divulgados ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

De acordo com a entidade, "a alta aparece reforçada pela expectativa de melhoria das vendas do Dia dos Pais e da economia em geral".

A avaliação indicou ainda a

continuação da tendência de incremento da confiança dos empresários, após fortes aumentos ocorridos em junho (12,2%) e julho (11,7%). Na visão do presidente da CNC, José Roberto Tadros, a proporção de pessoas vacinadas no país está diretamente ligada à resposta do setor, mesmo que ele ainda dependa das vendas presenciais. "Mesmo com alta digitalização do comércio e adoção de serviços de delivery, seja em shopping centers ou lojas de rua, é um segmento que tende a acompanhar essa movimentação física de pessoas", observou.

Segundo a CNC, o Icec vem se mantendo na zona de otimismo desde julho. O principal responsável pela alta, como apontam as

últimas pesquisas, é o subitem relativo às condições atuais do empresário do setor (10,6%), mas também com boa participação do subitem sobre a percepção de que as condições da economia melhoraram (14,9%).

"Outros fatores reforçaram esse entendimento, como o possível cenário de manutenção do emprego, seguido do crescimento da renda, bem como dos acréscimos sobre o faturamento do comércio em decorrência do pagamento da quarta parcela do auxílio emergencial", completou.

O economista da CNC responsável pela pesquisa, Antonio Everton, disse que o indicador aponta um segundo semestre mais positivo, com vendas impulsionadas por datas comemora-

tivas que têm tudo para acontecer acima do ano passado. "Além disso, há uma nítida sensação de que as condições atuais da economia evoluíram até o momento, colocando o olhar dos comerciantes sobre a crise no espelho retrovisor", afirmou.

O componente que se refere a expectativas dos comerciantes (151,3 pontos) é o que se mantém com maior distância entre os três que integram o Icec. Ainda dentro da zona de otimismo, na sequência, aparece a intenção de investimentos (101,7 pontos). No entanto, o sentimento quanto à realidade dos empresários do comércio ainda se apresenta na zona de insatisfação (92,1 pontos), apesar de vir crescendo ultimamente.

## CONSUMO CRESCER

## BRF investe R\$ 300 mi em fábrica de salsichas

A combinação entre perda do poder aquisitivo e aumento do hábito de cozinhar em casa levou à maior demanda por embutidos - em especial, as salsichas, palatáveis para as crianças, que precisaram dividir sua rotina de estudos em casa com o home office dos pais na pandemia.

A BRF, dona das marcas Sadia e Perdigão, percebeu este aumento significativo da demanda e avançou na instalação de uma nova fábrica de salsichas, em Seropédica, região metropolitana do Rio de Janeiro. O empreendimento foi inaugurado ontem, após investimentos de R\$ 300 milhões. Ao todo, vai gerar 400 empregos diretos até o início de 2022.

A nova planta - a 35ª da BRF no país e a 40ª no mundo - vai produzir 140 toneladas por dia, com capacidade instalada para dobrar de volume. A marca fabricada inicialmente será a Perdigão que, segundo a BRF, lidera o mercado de salsichas, com participação de 39% em faturamento.

"Nós já estávamos operando no limite da nossa capaci-

dade de produção e a nova fábrica vai incrementar em cerca de 10% o nosso volume", diz Lorival Luz, presidente-executivo da empresa, em entrevista à imprensa para anunciar o empreendimento. Segundo ele, a BRF produz hoje 20 mil toneladas de salsicha por mês.

Na região, a empresa já tem um centro de distribuição em Duque de Caxias. A matéria-prima virá das instalações da BRF no Centro-Oeste e no Sul do país. A fábrica da empresa em Videira (SC) é uma das maiores do mundo na produção de salsichas: 7 milhões de unidades por dia. A cidade catarinense é sede da Perdigão, marca que completou 87 anos nesta quarta-feira.

Do ponto de vista nutricional, os embutidos não são a melhor fonte de proteína: misturando carnes de diferentes tipos (bovina e suína, por exemplo), têm muitos conservantes, corantes e alto índice de sódio. Mas em meio à crise, linguiças e salsichas se tornaram uma opção mais barata de proteína do que a carne bovina.

## TECNOLOGIA

## TCU agrada governo e aprova regras de edital do leilão do 5G

JULIO WIZIACK/FOLHAPRESS

O TCU (Tribunal de Contas da União) atendeu ao pedido do governo e aprovou ontem as regras do edital 5G quase por unanimidade. Houve uma reviravolta no meio do julgamento com um pedido de vista do ministro Aroldo Cedraz, que tentou adiar o julgamento por dois meses. Ele foi vencido e o assunto voltará ao plenário em oito dias.

Normalmente, um pedido de vista paralisa o processo. Neste caso, no entanto, os ministros decidiram antecipar seus votos, acompanhando a proposta do relator, Raimundo Carrero.

Em seu voto, o ministro Bru-

no Dantas ponderou, inclusive, que a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) já poderia publicar as regras do edital aprovadas pela maioria do TCU.

A decisão favorável ao leilão tinha sido costurada pelo relator, Raimundo Carrero, junto com ministros do tribunal na terça-feira passada, depois de visitas do ministro das Comunicações, Fábio Faria (PSD-RN), a todos os ministros do TCU. Faria pedia pela aprovação do edital.

No final da noite de terça, Cedraz decidiu romper o acordo e decidiu pedir vista, surpreendendo os demais colegas. Alguns ficaram sabendo durante a sessão de ontem. Segundo rela-

tor, houve diversas tentativas de demovê-lo da iniciativa.

Diante do insucesso, decidiram antecipar os votos como forma de constrangê-lo. Durante a sessão, ele chegou a modificar o prazo inicial, de dois meses, para um mês. Cedeu ainda mais, reduzindo para 15 dias. No final, a proposta vencedora - de uma semana - foi do ministro Jorge Oliveira, ex-ministro da Secretaria-Geral de Governo do presidente Jair Bolsonaro.

Pelas regras do edital, serão leiloados blocos em quatro faixas de frequências (700 MHz, 2,3 GHz, 3,5 GHz e 26 GHz). Essas frequências foram avaliadas pela Anatel (Agência Nacional de

Telecomunicações) em quase R\$ 46 bilhões. A contrapartida a elas associadas estavam orçadas em R\$ 37 bilhões, mas sofreram um ajuste porque o TCU decidiu incluir contrapartidas - antes inexistentes - na faixa de 26 GHz. Esse valor poderá chegar agora a R\$ 43,3 bilhões. Desta forma, a União deverá receber a diferença entre esses valores, cerca de R\$ 3 bilhões.

Em sua decisão, o TCU contrariou as duas principais recomendações de sua área técnica - a construção de uma rede privada para o governo federal e o País, programa de conectividade da Amazônia. Ambos os projetos custarão cerca de R\$ 2,5 bilhões.

## PRÉ-SAL

## Excedentes da cessão onerosa responderão por 56% da produção

ALANA GANDRA/ABRASIL

Estudo inédito apresentado ontem a investidores estrangeiros pela Pré-Sal Petróleo (PPSA), durante evento promovido pela Câmara de Comércio Brasil-Texas em Houston, Estados Unidos, revela que os quatro contratos de volumes excedentes da cessão onerosa (Búzios e Itapu, já assinados, e Sépia e Atapu, que irão a leilão em dezembro), deverão responder por 56% da produção em regime de partilha

até 2030. A produção total das quatro áreas alcançará 4 bilhões de barris de petróleo na década.

O encontro ocorreu em paralelo à Offshore Technology Conference, considerada o maior evento mundial do petróleo, que começou segunda-feira e termina hoje. O estudo foi apresentado pelo diretor-presidente da PPSA, Eduardo Gerk. Considerando outros 15 contratos, a produção estimada total para o regime de partilha, no período, será superior a 7 bilhões de barris.

Segundo Gerk, a União terá direito, ao longo de dez anos, a uma produção superior a 900 milhões de barris de petróleo, dos quais 43% são referentes aos quatro contratos. A comercialização da parcela da União será feita pela PPSA.

Gerk informou aos representantes da indústria fornecedora presentes ao encontro que os investimentos estimados nos 19 contratos, até 2030, totalizam US\$ 164 bilhões. Metade dos recursos deverá ser realizada pe-

los consórcios de Búzios, Itapu, Sépia e Atapu, que investirão 44% em poços, 30% em equipamentos subsea (submarinos) e 26% em unidades flutuantes de produção, armazenamento e transferência (FPSOs, do nome em inglês).

Criada em 2013, a Pré-Sal Petróleo atua em três frentes: gestão dos contratos de partilha de produção, gestão da comercialização de petróleo e gás natural e representação da União nos acordos de unitização, ou individualização.

## SAMARCO

## MP pede bloqueio de R\$ 50 bi de Vale e BHP

O Ministério Público de Minas Gerais pediu à Justiça o arresto de bens das mineradoras Vale e BHP Billiton no valor de R\$ 50,7 bilhões, o equivalente aos créditos listados pela Samarco, controlada pelas duas empresas, em processo de recuperação judicial.

No pedido, a Promotoria acusa as empresas de "mano-

bra fraudulenta" para blindar os controladores da Samarco das responsabilidades de custear os danos provocados pela tragédia de Mariana (MG), que deixou 19 mortos e um rastro de destruição em 2015.

O valor da dívida é alvo de disputa entre as mineradoras e outros credores da Samarco, que também acusam as contro-

ladoras de manobra que reduziria o valor recuperado por fundos de investimento detentores de títulos da empresa.

No pedido entregue à Justiça, o Ministério Público pede a desconfiguração da personalidade jurídica da Samarco, para que Vale e BHP sejam responsabilizadas diretamente pelos danos causados pela tragédia,

como controladores da companhia.

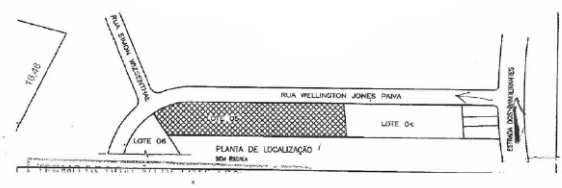
Metade da dívida da recuperação judicial da Samarco refere-se a empréstimos tomados com seus controladores, parte deles para aportar recursos na fundação Renova, responsável pela reparação dos danos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão.

## Requerimento de Licença

Nova Tech Auto Center Ltda - CNPJ 37.483.884.0001-92 IM 1.245.042-7, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo EIS-PRO-2021/00892), Licença Ambiental Municipal de Operação (LMO) - Atividade Econômica Principal e Atividades Econômicas Secundárias de Oficina Mecânica para Veículos Automotores, situada na Rua Carlina, 00122, Olaria/RJ.

9º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS-RJ  
CNPJ 30.715.031/0001-90  
EDITAL

Adilson Alves Mendes, Oficial do 9º Ofício de Registro de Imóveis, faz público, para ciência dos interessados, em cumprimento ao disposto no Artigo 19 da Lei 6766 de 19 de dezembro de 1979 que pela proprietária GTB Construtora Ltda, CNPJ 03.244.176/0001-87, com sede nesta cidade, em que foi apresentado neste Serviço Registral situado na Av. Nilo Peçanha nº 12, 6º andar, o Memorial de Loteamento, plantas e demais documentos relativos ao Lote 5 do PAL 26.926, situado à Rua Wellington Jones Paiva; na Freguesia de Jacarepaguá, matriculado com o nº 273174, conforme certidão nº 363041 de 30/12/2020 da Secretaria Municipal de Urbanismo, do PAL 49.491 conjunto com o PAA 12.700 aprovado em 11/12/2020. Dentro do prazo de 15 dias, a contar da data da terceira e última publicação consecutiva do presente edital, no Diário Oficial do Estado e num dos jornais de circulação diária, aqueles que se julgarem prejudicados com o registro do loteamento, deverão apresentar sua impugnação a este Serviço Registral. Findo o referido prazo e não havendo impugnação, o Memorial de Loteamento será registrado, ficando à disposição dos interessados, neste Serviço Registral, durante o horário regulamentar, a respectiva documentação. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro em 12/08/2021. Adilson Alves Mendes. Oficial. Avenida Nilo Peçanha nº 12, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20020-100, Tel (21) 2533-6430.



Diário do  
**Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro  
99539-3634-Vivo

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

## Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE



## MAIS UM GOLPISTA

# General Ramos diz que ditadura não foi ditadura

DANIELLE BRANT/FOLHAPRESS

O presidente Jair Bolsonaro age nos limites da Constituição Federal e espera que os demais Poderes também joguem dentro das quatro linhas da Carta, afirmou ontem ministro da Secretaria-Geral, o general Luiz Eduard Ramos.

As declarações foram dadas em meio a atritos de Bolsonaro com o STF (Supremo Tribunal Federal).

No último fim de semana, o presidente disse em redes sociais que levará ao Senado um pedido de abertura de processo de impeachment contra os ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, que também preside o TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Ex-ministro da Secretaria de Governo e da Casa Civil, Ramos compareceu à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para prestar esclarecimentos sobre reunião para discutir a situação dos madeireiros investigados pela Operação Handroantus, da Polícia Federal.

Na audiência, porém, o ministro foi pouco questionado sobre a ação da PF. A maior parte das perguntas tratava do risco de ruptura democrática, sobre eleições de 2022 e ações do governo de Jair Bolsonaro no enfrentamento à pandemia.

Ramos defendeu o presidente e afirmou que Bolsonaro age dentro das quatro linhas da Constituição Federal.

Assim como o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, Ramos qualificou como

um "regime forte de exceção" a ditadura militar que governou o Brasil entre 1964 e 1985.

"Meus senhores, eu sou de uma geração, eu saí da academia em 1979. Em 1964 eu tinha 8 anos de idade", disse.

"O que eu sei pela história e por depoimentos tanto de elementos que estiveram do lado oposto como no lado do governo militar... Era uma outra época. Era um regime forte, de exceção. Agora, isso aí é uma semântica, não ditadura."

Ele comparou o governo militar com o de Getúlio Vargas à época do Estado Novo (1937-1945), "quando o Congresso não funcionava".

"Havia um controle muito grande da polícia do Estado à época. E durante o governo do regime militar, o Congresso po-

de ter sido fechado, mas (continuou) funcionando." "Eu diria que foi um regime militar de exceção muito forte", concluiu.

Ramos afirmou ainda que, enquanto esteve na ativa do Exército, até julho de 2020, teve contato direto com o Alto-Comando militar. "Em nenhum momento ouvi de qualquer integrante do Alto-Comando qualquer coisa com a quebra do estado democrático de direito. Isso aí é muito imprensa."

O ministro assegurou que as eleições de 2022 serão realizadas, apesar das ameaças de Bolsonaro.

"Eu tenho tanta certeza de que elas vão ocorrer, e eu estou dizendo, pode ser que o seja cobrado ano que vem, que o vitorioso será Jair Messias Bolsonaro, diferente de institutos de pesquisas que eu não acredito."

## COVID-19

# Doria vai reduzir para 21 dias intervalo entre doses da Pfizer em SP

ISABELA PALHARES/FOLHAPRESS

O governador João Doria (PSDB) afirmou que vai reduzir o intervalo entre as doses da vacina da Pfizer em São Paulo. O adiamento, no entanto, depende de o governo federal enviar ao estado mais unidades do imunizante contra a Covid.

Há semanas, o governo paulista vem travando disputa com o governo federal em torno da quantidade de doses que devem ser enviadas a São Paulo.

Segundo Doria, assim que São Paulo receber mais doses, a janela de aplicação será reduzida de 90 para 21 dias.

A redução do intervalo de aplicação é defendida por especialistas como forma de enfrentamento à variante delta. Estudos apontam que somente a primeira dose dos imunizantes contra a Covid não tem impacto significativo para conter essa cepa viral, mais transmissível e com maiores taxas de escape vacinal.

Atualmente, apenas 29,5% da população do estado está com esquema vacinal completo.

O intervalo de 21 dias entre as doses é sugerido pela própria Biontech, produtora da vacina da Pfizer. Na bula do imunizante, a recomendação é observar janela de aplicação de três semanas, mas a fabricante também diz que o intervalo fica a critério das autoridades de saúde de cada localidade.

"Não há a menor dúvida de que é possível e necessário adiantar a aplicação da segunda dose. O grande obstáculo é termos vacina para essa antecipação. Por isso, pedimos que o Ministério da Saúde encaminhe mais vacinas aos estados", disse João Gabbardo, coordenador do Comitê Científico do governo paulista.

Gabbardo afirmou que São

Paulo também pode reduzir o intervalo de aplicação da AstraZeneca se receber mais doses do governo federal.

Com o embate com o governo federal, Doria chegou a alertar que poderia atrasar o início da vacinação de adolescentes caso não recebesse novas doses da vacina. A imunização dessa faixa etária começou ontem, conforme previsto inicialmente.

O calendário estadual iniciou a vacinação desse grupo com os adolescentes de 16 e 17 anos que possuem comorbidades e/ou deficiências, grávidas e puérperas. Desde maio, jovens do grupo de risco para a doença lutavam para conseguir a imunização.

Apesar de pessoas do grupo de risco terem sido colocadas na lista prioritária para a vacinação, os menores de idade foram deixados de lado. O Ministério da Saúde não justificou por que os adolescentes foram excluídos ainda que já houvesse imunizante aprovado para essa faixa etária.

A vacina da Pfizer é a única no Brasil com autorização para aplicação em menores de idade.

A vacinação para adolescentes de 16 e 17 anos do grupo de risco vai até 25 de agosto. A partir do dia 26, já pode se vacinar quem possui de 12 a 15 anos. Para o público geral dessa faixa etária, a imunização começa a partir do dia 30 para quem tem de 15 a 17 anos, e em 6 de setembro para os de 12 a 14 anos.

O início da imunização de adolescentes é controversa entre especialistas, que defendem ser mais adequado para este momento a aplicação de doses de reforço em pessoas mais vulneráveis à doença, como os idosos, por causa da presença da variante Delta.

## PGR

# Senadores e procuradores reagem a parecer negacionista de aliada de Aras

Procuradores e senadores reagiram ao parecer negacionista publicado pela subprocuradora-geral da República Lindora Araújo no qual ela questiona a eficácia de uso de máscaras contra Covid-19, contrariando pesquisas que apontam a efetividade da proteção.

Em uma frente, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), vice-presidente da CPI da Covid, anunciou ontem que ele e outros parlamentares vão enviar representação contra a procuradora no CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público).

Em outra, os próprios pares de Lindora, subprocuradores, estu-

dam providências a serem tomadas. Uma opção é também apresentar uma representação, mas ao Conselho Superior do MPF.

As reações ocorrem após a PGR (Procuradoria-Geral da República) enviar manifestação ao STF (Supremo Tribunal Federal) na qual põe em xeque a eficácia do uso de máscara e afirma que não vê crime na conduta do presidente Jair Bolsonaro de não usar a proteção e promover aglomerações.

Segundo a Procuradoria, desrespeitar leis e decretos que obrigam o uso de máscara em local público é passível de sanção administrativa, mas não tem gravi-

dade suficiente para ensejar punição penal.

O parecer é assinado por Lindora, uma das pessoas mais próximas do procurador-geral, Augusto Aras, e foi enviado ao Supremo no âmbito das notícias-crime apresentadas pela presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), e por parlamentares do PSOL contra o chefe do Executivo.

Na primeira notícia-crime, Gleisi critica as aglomerações de Bolsonaro e diz que o presidente teria gastado verba pública de maneira indevida para custear a utilização de aeronaves militares e a mobilização de grande

aparato de segurança em suas viagens.

Na segunda, o PSOL cita o fato de o chefe do Executivo ter retirado a máscara do rosto de uma criança. A PGR, porém, diz que não há crime de Bolsonaro nesses casos e que "os estudos que existem em torno da eficácia da máscara de proteção são somente observacionais e epidemiológicos".

O texto de Lindora foi visto como uma sinalização ao governo. Apesar da rejeição à nota, o clima no Senado ainda é majoritário para aprovar a recondução de Aras, que foi indicado para mais dois anos na chefia do MPF.

## FAKE NEWS

# Procuradoria denuncia bolsonarista Allan dos Santos por ameaça a ministro Barroso

MARCELO ROCHA/FOLHAPRESS

A Procuradoria da República no Distrito Federal denunciou na terça-feira o blogueiro Allan dos Santos por incitação ao crime e também crime de ameaça ao ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal) e presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

De acordo com a acusação, enviada à Justiça Federal do DF, Allan utilizou o Terça Livre, seu canal no YouTube, para "desafiar o magistrado a enfrentá-lo pessoalmente".

O apresentador do Terça Livre é uma espécie de líder informal das redes bolsonaristas. É muito ligado ao vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho do presidente Jair Bolsonaro.

"Allan assegurou na ocasião que seria capaz de fazer mal a Barroso se ambos tivessem contato fora dos meios digitais", afirmou o Ministério Público Federal. Na avaliação da Procuradoria

no DF, o caso superou os limites do razoável na livre expressão de pensamento e opinião e intimidou a vítima com a promessa de mal injusto. Os fatos abordados na denúncia ocorreram em novembro do ano passado.

"No vídeo intitulado 'Barroso é um miliciano digital', Allan profere palavras de ódio, baixo calão e em tom claramente ameaçador, afirmando: 'Tira o digital, se você tem culhão! Tira a p\*\* do digital, e cresce! Dá nome aos bois! De uma vez por todas Barroso, vira homem! Tira a p\*\* do digital! E bota só terrorista! Pra você ver o que a gente faz com você. Tá na hora de falar grosso nessa p\*\*!', descreve o documento.

Ao comentar o ataque hacker aos sistemas do TSE em meio às eleições municipais, Barroso afirmou que "milícias digitais entram imediatamente em ação, tentando desacreditar o sistema".

O magistrado declarou que havia suspeita de articulação de grupos voltados a desacreditar as

instituições e muitos deles são investigados no STF. Era uma referência aos inquéritos das fake news e dos atos antidemocráticos, apurações que miram bolsonaristas, incluindo Allan.

Após tomar conhecimento das falas do blogueiro, Barroso apresentou contra ele ao Ministério Público Federal, solicitando a adoção de medidas cabíveis.

"[As declarações de Allan] estão excluídas do âmbito de cobertura da liberdade de expressão, porquanto configuram proibições expressas dispostas no direito internacional dos direitos humanos", disse a Procuradoria.

Segundo os integrantes do MPF, o Brasil é um dos signatários de marco jurídico internacional segundo o qual a incitação à violência e ao crime devem ser proibidas a fim de manter a ordem pública e democrática.

Os procuradores reuniram tuítes e publicações veiculadas em plataformas de redes sociais ligadas a Allan. "Foi identificado um

comportamento habitual e intencional do denunciado em proferir ameaças contra ministros do STF", afirmaram.

A conduta do aliado do presidente, acrescentaram os investigadores, denota "parte de uma campanha intencional e extensiva do denunciado para disseminar ódio contra os magistrados da Suprema Corte".

"Tais condutas podem apresentar riscos reais e severos à vítimas, visto que, para além de Allan dos Santos ameaçar o ministro Barroso, também suscita, por meio de suas declarações, ouvinte adeptos de tais conceitos intimidadores", disseram na denúncia.

O MPF destacou o poder de alcance das redes sociais, o que torna as declarações investigadas ainda mais perigosas. O ambiente virtual propiciou incentivo público às falas de Allan, direcionadas a pessoas indeterminadas em verdadeiro contexto de incitação ao crime, afirmou a Procuradoria.

## Nota

## ÁREA TÉCNICA E RELATORA DÃO PARECER CONTRÁRIO A VACINAÇÃO COM CORONAVAC DOS 3 AOS 17 ANOS

A área técnica da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e a relatora Meiruze Sousa Freitas recomendaram ontem negar aval para uso da vacina Coronavac em crianças e adolescentes de 3 a 17 anos. Técnicos da agência apontaram que ainda faltam dados para confirmar segurança e eficácia da aplicação das doses neste grupo. A diretora e relatora do processo também recomendou que o Ministério da Saúde avalie o uso de dose de reforço para pessoas de grupos de maior risco, como idosos acima de 80 anos e pacientes imunocomprometidos, que receberam duas doses da Coronavac. Ainda faltam os votos de outros 4 diretores da agência.

O colegiado deve confirmar as recomendações da relatora. Desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac e produzida no Brasil pelo Instituto Butantan, a Coronavac está autorizada para uso emergencial no Brasil desde 17 de janeiro deste ano para maiores de 18 anos. "Portanto, a relação de benefício e risco é desfavorável para o uso da vacina nesta população (de crianças e adolescentes). O que estamos apresentando aqui é um retrato do momento. Dados adicionais, mais robustos, podem ser apresentados para que a gente reconsidere essa sugestão", disse o gerente-geral de Medicamentos e Produtos Biológicos da agência, Gustavo Mendes. A diretora Freitas disse que ainda não há dados robustos sobre benefícios de uma dose de reforço para quem recebeu a Coronavac, mas que a medida pode ser importante para frear o avanço da variante delta.

## PROGRAMA

# Governo Doria lança Bolsa Trabalho

O Governador João Doria anunciou ontem o lançamento do programa Bolsa Trabalho, com disponibilização de 30 mil vagas para a população desempregada, com prioridade para mulheres. A iniciativa do Governo de São Paulo, desenvolvida pelas secretarias de Desenvolvimento Econômico e de Governo em parceria com municípios cadastrados no programa, tem objetivo de promover a retomada de emprego e renda e vai impactar, direta e indiretamente, cerca de 120 mil pessoas apenas no ano de 2021.

"O Bolsa Trabalho vai contratar 30 mil desempregados no estado de São Paulo. É extremamente significativo. Não há nenhum empreendimento privado que contrate, de uma única vez, 30 mil pessoas para trabalhar de forma remunerada e é o que estamos fazendo aqui em SP", destacou Doria. "É mais uma iniciativa para atender às pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, desempregadas, desalentadas e que agora têm uma oportunidade de emprego", completou.

Com investimento de R\$ 80 milhões do Governo de SP, o programa Bolsa Trabalho vai oferecer bolsas no valor de R\$ 535 por mês aos cidadãos que realizarem atividades de trabalho em órgãos públicos municipais e estaduais. A carga horária será de 4 horas diárias, cinco dias por semana, e o benefício poderá ser pago por cinco meses consecutivos.

Além disso, os participantes realizarão um curso de qualificação profissional e receberão apoio à empregabilidade, por meio dos Postos de Atendi-

mento ao Trabalhador (PATs).

Os inscritos poderão escolher seis opções de cursos profissionalizantes virtuais da Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo), com duração de 80 horas: O Bolsa Trabalho tem como objetivo gerar renda, ocupação, qualificação e empregabilidade para a população mais vulnerável, com apoio das prefeituras. Em 2021, o programa impactará cerca de 120 mil pessoas (30 mil bolsas para famílias com aproximadamente quatro membros).

Serão aceitas inscrições de moradores do estado de São Paulo, desempregados, maiores de 18 anos e com renda familiar de até R\$ 550 por pessoa (equivalente a meio salário mínimo). Os cidadãos elegíveis devem se inscrever no portal do Bolsa do Povo entre 23 e 29 de agosto: [www.bolsadopovo.sp.gov.br](http://www.bolsadopovo.sp.gov.br). A seleção ocorrerá até 4 de setembro e a convocação será feita por meio de publicação no Diário Oficial.

Os municípios já realizaram a adesão ao Bolsa Trabalho, sendo que mais de 500 cidades estão inscritas. Prefeituras que não ingressaram no programa até o momento, ainda poderão realizar a adesão no decorrer desta quarta-feira (18), por meio do portal Bolsa do Povo.

A distribuição de vagas entre os municípios aderentes considerará a população, índice de vulnerabilidade social e projetos de desenvolvimento local. Já os cidadãos inscritos são selecionados conforme parâmetros do questionário socioeconômico, com priorizações de mulheres arribo de família.





## Direito & Justiça

### Violência doméstica: condenado poderá perder direito à pensão e partilha de bens

A violência doméstica é uma realidade vivida por muitas mulheres no nosso país. Durante a pandemia, devido à maior convivência entre os cônjuges, os números aumentaram bastante.

O Fórum Brasileiro de Segurança, de acordo com relatório feito a pedido do Banco Mundial, mostra que, entre março e abril de 2020, os casos de feminicídio cresceram 22% em 12 estados, em relação a 2019.

Antes mesmo da pandemia, já existia uma subnotificação de casos, pois muitas mulheres têm vergonha da sua situação, temem ser desacreditadas, confiam na melhora do parceiro ou sofrem ameaças de morte.

Com a pandemia, fazer a denúncia tornou-se ainda mais desafiador, pois o agressor permanece muito mais tempo em casa, o que impede muitas mulheres de se dirigirem a um centro de referência especializado ou a uma delegacia.

Muitas delas já não aguentam mais essa situação e querem o divórcio. Desde o dia 29 de outubro de 2019, devido à Lei 13.894/19, está mais fácil se separar nestes casos. A lei assegura assistência jurídica e garante prioridade nos processos de separação ou divórcio nos casos de mulheres vítimas de violência doméstica.

"LEI Nº 13.894, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável nos casos de violência e para tornar obrigatória a informação às vítimas acerca da possibilidade de os serviços de assistência judiciária ajuizarem as ações mencionadas; e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para prever a competência do foro do domicílio da vítima de violência doméstica e familiar para a ação de divórcio, separação judicial, anulação de casamento e reconhecimento da união estável a ser dissolvida, para determinar a intervenção obrigatória do Ministério Público nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar, e para estabelecer a prioridade de tramitação dos procedimentos judiciais em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar."

Além disso, o Código Civil poderá determinar que o homem ou a mulher condenada por violência doméstica não terá direito à pensão alimentícia ou à partilha de bens decorrentes do término da união estável ou do casamento.

A PL 4.467/2020, de autoria da senadora Rose de Freitas, ainda está em tramitação no Senado, mas propõe a inclusão de dispositivos ao artigo 1.708 do Código Civil, a fim de que este tipo de crime seja inserido no rol daqueles configurados como "procedimento indigno", a fim de ensejar a decisão do juiz em negar ao possível agressor o direito à partilha de bens.

A senadora entende que há uma brecha no Código Civil em relação a este tema, pois mesmo que o artigo 1.708 já preveja que o cônjuge perca o direito à pensão alimentícia caso tenha "procedimento indigno com relação ao devedor", a expressão "procedimento indigno" é subjetiva, e fica a cargo do juiz interpretar caso a caso.

O texto propõe, ainda, que o artigo 1.581 seja alterado, para estabelecer que a perda do direito aos bens adquiridos pelo casal durante a vigência do matrimônio ou da união estável deve ocorrer após trânsito em julgado do crime de violência doméstica e familiar e lesão corporal contra a cônjuge ou companheira, não importando se a violência aconteceu antes ou depois do início do processo de divórcio ou de dissolução de união estável.

É de fundamental importância que o projeto de lei da senadora seja aprovado, pois a alteração da Lei nº 10.406/02, para impedir a prestação de alimentos ou a partilha de bens adquiridos na constância do casamento ou da união estável, em favor do cônjuge ou companheiro agressor, representaria mais um avanço na luta pela efetivação dos direitos da mulher.

**Anderson Albuquerque**

Sócio do Albuquerque & Alvarenga Advogados

### SUPER TUCANO

# Talibã e EUA disputam caças brasileiros que deixaram o Afeganistão

IGOR GIELOW/FOLHAPRESS

O Talibã quer reaver a frota de caças brasileiros A-29 Super Tucano que escapou no fim de semana passado da tomada final de poder do grupo fundamentalista que havia governado o Afeganistão de 1996 a 2001.

Não só ele: os Estados Unidos fazem movimentos junto ao Uzbequistão para que os aparelhos, comprados da Embraer pela Força Aérea Americana e depois doados para os afegãos, sejam repatriados.

O pedido do Talibã é explícito, feito numa entrevista à agência Reuters pelo membro da cúpula Waheedullah Hashimi ontem, que disse esperar o retorno de todos os aviões e helicópteros que pousaram em países vizinhos enquanto o grupo se aproximava de Cabul.

O grupo já controla o restante da Força Aérea afegã, criada pelos EUA na esteira da invasão de 2001, mas não tem nenhum piloto.

Já a gestão americana está sob as sombras da diplomacia, segundo a Folha ouviu de pessoas do governo americano. Além da questão política, os EUA desembolsaram quase US\$ 560 milhões (sem correções) em dois contratos por 26 aviões da Embraer, 23 dos quais estavam no Afeganistão quando o Talibã tomou o poder, no domingo passado.

O destino dos Super Tucano é uma das sagas paralelas à avassaladora ascensão do Taleban, que retomou o controle do país após meras duas semanas de ofensiva contra centros urbanos - nas duas décadas de ocupação militar ocidental, o grupo sempre controlou áreas no país.

Comprados a partir de 2011 pelos americanos para ser a

ponta de lança da nova Força Aérea Afegã, os aviões foram feitos nos EUA pela Embraer e entregues por meio de uma parceira local da fabricante brasileira.

O último lote, com três aeronaves, teve sua entrega aprovada pelos EUA em julho. A operação afegã começou em 2016.

Aparelho especializado e armado para atividades de contra insurgência a baixo custo, já que é um monomotor turboélice e não um jato bimotor como o F-15 amplamente usado pelos americanos no país, o Super Tucano simbolizou a tentativa dos EUA de emancipar militarmente os afegãos.

Quando havia apenas 14 dos caças no país, em 2019, eles chegaram a ser responsáveis por um terço das bombas despejadas sobre alvos talibãs. Mas isso foi minguando, dada a falta de reposição de munição para Cabul e um problema humano.

O Talibã, que nunca operou aeronaves e não tinha mísseis anti-aéreos capazes de derrubar os Super Tucano, passou a matar os pilotos e suas famílias. Pelo menos 7 de cerca de 30 aviadores formados nos EUA foram atingidos.

Agora, Hashimi diz que é para esquecer o passado. "Nós contactamos vários pilotos e pedimos eles para se unir a nós, seus irmãos, seu governo", afirmou.

Parece algo otimista, dado que pelo menos 14 pilotos e um número incerto de copilotos, já que o Super Tucano tem dois lugares, podem ter voado para o Uzbequistão. Um dos aviões caiu na fuga, ou derrubado por fogo anti-aéreo ou num choque com um caça de escolta, a depender da versão.

Além do mais, não basta ter os pilotos. Um avião como o Super Tucano depende de minu-

ciosas inspeções para operar, e basta apagar o software de controle de armas que ele não irá disparar um tiro - se houver quem saiba municiá-lo e se as armas estiverem disponíveis.

Não se sabe exatamente quantos ficaram para trás e se os afegãos os desabilitaram. Apenas uma foto emergiu de combatentes talibãs em torno de um dos modelos, ao lado da versão armada do antigo Cessna Caravan, na base aérea de Mazar-i-Sharif.

Os americanos querem seus aviões, de resto doados a um governo que não mais existe, de volta. O Uzbequistão é uma ex-república soviética que busca uma posição de destaque na Ásia Central, com bons laços com os EUA e a China, além de obviamente a Rússia.

O caminho parece aberto para um gesto de boa vontade com os americanos, mas se Tachkent reconhecer o Talibã como governo, a história muda.

Há interesses outros em pauta: está em curso a construção de uma linha de 200 km ligando a uzbeque Surkhan à afegã Puli-Khumri, um negócio de US\$ 110 milhões que aumentará em 70% a exportação energética de Tachkent para o vizinho.

Até aqui, os uzbeques mantiveram o apoio logístico a aliados dos EUA e fizeram exercícios militares liderados por russos no Tadjiquistão, visando intimidar transbordamentos de conflitos do Afeganistão.

Além dos Super Tucano, voaram para longe do Taleban ao todo 22 aviões e 24 helicópteros. Para trás ficaram pelo menos 91 dessas aeronaves de asas rotatórias, que, sem manutenção, terão o destino dos aparelhos soviéticos abandonados na retirada de 1989: carcaças para crianças brincarem.

### CORONAVÍRUS

## Contra Delta, Uruguai e Chile aplicam terceira dose

Com quase 70% de sua população imunizada com duas doses de vacina contra o coronavírus, Uruguai (69,7%) e Chile (68,7%) começaram, nos últimos dias, a aplicar uma terceira dose, com vistas a conter o avanço da variante delta. Os dois países são os mais avançados na vacinação na América do Sul. Embora não existam estudos publicados sobre a necessidade da terceira dose e a OMS (Organização Mundial da Saúde) tenha recomendado que não se avance com doses de reforço enquanto faltam imunizantes a vários países, ambos os governos consideraram necessária a medida.

O Chile iniciou a aplicação de terceiras doses na semana passada, e o Uruguai, nesta semana. Na América Latina, além de ambos, apenas a República Dominicana vem aplicando a dose de reforço.

"As vacinas são eficazes e estamos vendo nossa curva de hospitalizações e mortes cair. Porém, temos de pensar também na qualidade da imunidade que queremos atingir, e queremos uma imunidade de maior duração", diz à Folha Miguel O'Ryan, infectologista do Instituto Biológico da Universidade do Chile.

O levantamento do governo chileno, divulgado em 5 de agosto, afirma que "os anticorpos neutralizantes diminuem de modo mais acentuado depois de cem dias da 2ª dose".

**CASA & VÍDEO BRASIL S.A.**  
CNPJ/ME nº 11.114.284/0001-63 - NIRE 333.0029179-2

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 12/07/2021. 1. DATA, HORA E LOCAL:** Em 12/07/2021, às 19:00 horas, na sede da Casa & Vídeo Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na cidade do RJ, Estado do RJ, na Rua da Assembleia nº 100, 7º, 8º e 9º andares (Edifício City Tower), Centro, CEP 20011-904. 2. **CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do estatuto social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 3. **MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Marcos Duarte Santos, Presidente, e o Sr. Alessandro Luis Faria Maciel, Secretário. 4. **ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre: (i) a prestação de garantia real, pela Companhia, no âmbito da sua 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada ("Debêntures"), no montante total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na data de emissão ("Emissão"), conforme aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12/07/2021, no contexto de uma operação de securitização de recebíveis imobiliários que resultará na emissão de certificados de recebíveis imobiliários de emissão da Virgo Companhia de Securitização ("Securitizadora" ou "Debenturista"), os quais serão distribuídos por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução nº 476 da CVM, de 16/01/09, conforme alterada, da Instrução CVM nº 414, de 30/12/04, conforme alterada e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob regime de garantia firme de colocação, e em relação aos quais as Debêntures serão vinculadas como lastro; (ii) a autorização à diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários relacionados à constituição, formalização e efetivação da Garantia Real (conforme abaixo definido), inclusive, sem limitação, no que se refere à celebração do Contrato de Garantia (conforme definido abaixo) e do Contrato de Depositário (conforme definido abaixo), inclusive aditamentos a tais documentos, bem como eventuais procurações necessárias; e (iii) a ratificação dos atos já praticados pela diretoria da Companhia relacionados à Garantia Real e aos itens (i) e (ii) desta Ordem do Dia. 5. **DELIBERAÇÕES:** Instalada a reunião e após a discussão das matérias da ordem do dia, os conselheiros presentes aprovaram, nos termos do Estatuto Social, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o que segue: 5.1. Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento da totalidade de quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Companhia no "Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Colocação Privada, da Casa & Vídeo Brasil S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora e a Securitizadora, na qualidade de debenturista, no âmbito da Emissão, autorizaram a constituição, pela Companhia, em favor da Securitizadora, nos termos, prazos e condições a serem previstos no "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia e a Securitizadora ("Contrato de Garantia"), em caráter irrevogável e irretirável, em favor da Debenturista, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20/11/1997, conforme alterada, e dos artigos 1.361 a 1.368 do Código Civil, bem como dos demais atos normativos aplicáveis, de cessão fiduciária de (a) todos os recursos presentes e futuros, a qualquer tempo depositados e mantidos em determinada conta corrente vinculada de titularidade da Companhia, não movimentável por esta, mantida no banco depositário ("Conta Vinculada"), oriundos de depósitos por determinadas credenciadoras em decorrência de transações comerciais presentes e/ou futuras contratadas pelos seus clientes nos estabelecimentos físicos ou canais digitais da Companhia, cujos pagamentos sejam à vista e/ou parcelados e realizados por meio dos Cartões (conforme definido no Contrato de Garantia), bem como quaisquer investimentos permitidos nos termos do contrato de prestação de serviços de banco depositário a ser celebrado pela Companhia e o banco depositário ("Contrato de Depositário") (incluindo títulos e/ou valores mobiliários); e (b) todos e quaisquer direitos sobre a Conta Vinculada e todos os recursos, presentes e futuros, a qualquer tempo depositados e mantidos na Conta Vinculada, conforme previsto no Contrato de Garantia ("Garantia Real"). 5.2. Autorizaram a Diretoria da Companhia a praticar, perante qualquer entidade, todos os atos necessários relacionados à constituição, formalização e efetivação da Garantia Real, incluindo, mas não se limitando a, celebração do Contrato de Garantia e o Contrato de Depositário, bem como eventuais procurações. 5.3. Ratificaram todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados à Garantia Real e às deliberações acima. 6. **LAVRATURA DA ATA:** Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Marcos Duarte Santos, Presidente, deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Marcos Duarte Santos - Presidente; e Alessandro Luis Faria Maciel - Secretário. **Conselheiros presentes:** Marcos Duarte Santos, Cláudio José Carvalho de Andrade, Bernardo Vieira Hees e Gerard Peter Scheij. Foi autorizada a publicação da ata com a omissão da assinatura dos mesmos. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. RJ, 12/07/2021. Alessandro Luis Faria Maciel - Secretário. JUCERJA nº 4157368 em 19/07/2021.

### CORONAVÍRUS

## RJ abrirá mais leitos de Covid-19 por causa da Delta

O aumento da demanda por internações, por causa da circulação da variante Delta do novo coronavírus, que é mais transmissível, levou o governo do estado do Rio de Janeiro a decidir pela abertura de mais leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) para pacientes com Covid-19. As vagas serão no Hospital Universitário Pedro Ernesto, na capital, no Hospital Regional Zilda Arns, em Volta Redonda, e no Hospital Doutor Ricardo Cruz, em Nova Iguaçu, informou o secretário estadual de Saúde, Alexandre Chieppe.

Nesta semana, a taxa de ocupação de leitos de UTI para a doença atingiu 70% no estado e 90% na capital, principalmente nas unidades hospitalares da região metropolitana e da Baixada Fluminense. "Hoje vive-se no estado do Rio de Janeiro, principalmente, na região metropolitana, incluindo o município do Rio de Janeiro, e na Baixada Fluminense, uma situação em que, muito por conta da circulação da variante Delta, estamos vendo um aumento, ainda discreto, nos números de atendimentos e de solicitações de internações. A gente ainda avalia as razões por trás desse aumento, mas certamente a circulação mais intensa da variante Delta é um dos fatores que vêm contribuindo para isso", afirmou Chieppe.

De acordo com o secretário, a abertura de vagas nas unidades de saúde é a primeira etapa do plano de contingência do estado para o enfrentamento de uma possível nova onda da Covid-19. "Já acionamos a primeira etapa do nosso plano de contingência, que prevê a abertura de alguns leitos ou a transformação de alguns leitos de não covid para covid, no Hospital Pedro Ernesto e no Hospital Regional Zilda Arns e a abertura de 20 novos leitos em Nova Iguaçu, no Hospital Ricardo Cruz."

Chieppe disse que, neste momento de alerta, a situação e as condições de atendimento serão monitoradas pelas autoridades da saúde. "Vamos monitorar o cenário epidemiológico, a oferta e demanda assistencial para que, se for necessário, outras medidas sejam tomadas. Agora é um momento de alerta, de observação e de rápida tomada de decisão exatamente para poder dar conta de qualquer demanda assistencial que vier aparecer", enfatizou.

### REDE PRIVADA

Nos hospitais privados no estado, na última semana, a ocupação de leitos para Covid-19 era de 60%, mas terça-feira subiu para 70%. A Associação de Hospitais Privados do Estado do Rio de Janeiro avalia a possibilidade de abertura de novos leitos. "A quantidade de pacientes internados tem sido maior, embora a letalidade tenha sido menor. A maior parte dos pacientes é de homens, que se internam muito mais do que mulheres. Esta é uma doença que afeta um pouco mais homens do que mulheres", disse o diretor da associação, Graccho Alvim.

Segundo Alvim, o maior percentual de internados é dos pacientes que, ou optaram por não tomar vacina, ou ainda não tiveram oportunidade, por causa da idade. Depois deles, vêm os pacientes que só receberam uma dose de vacina e, por último, os que já tomaram as duas doses, mas têm comorbidades, são idosos e já tem mais de seis meses de vacinados. "Este é o panorama. Estamos notando que a contaminação é muito mais rápida, ou seja, pessoas que aparecem com sintomas muito mais rápidos. Então, essa internação está sendo também mais acelerada."